
G nero e sexualidade no ensino escolar: uma investiga o a partir do Programa Institucional de Bolsas de Inicia o   Docência (PIBID)

Silveira Louren o¹, Silmara, Oliveira Nascimento, Thabata Cristini² & Lagan  Fernandes, Hylio³

Categoría: Trabajos de investigación (en proceso o concluidos).

Resumo

O exercício da prática como um dos instrumentos de forma o docente   de indiscutível importância. O Programa Institucional de Bolsa de Inicia o   Docência (PIBID) propõe aos bolsistas o desenvolvimento de projetos em escolas públicas, com suporte de orientadores e supervisores, a fim de potencializar a própria forma o. Essa investiga o ocorreu durante o desenvolvimento de um projeto PIBID-Biologia e versa sobre gênero e sexualidade, por tratar-se de uma demanda da escola parceira. O objetivo da pesquisa foi avaliar um trabalho realizado em uma perspectiva que amplia a abordagem higienista, frequentemente associada a aulas de biologia e que ignora aspectos de origens sociais e culturais, verificando se essa abordagem pode contribuir para desconstruir as desigualdades de gênero social e a heteronormatividade.

Palavras-chave: Educa o, gênero, sexualidade, PIBID, forma o.

Objetivos

Exercer a prática enquanto licenciandas de Ciências Biológicas e bolsistas do Programa Institucional de Inicia o   Docência (PIBID), que permita a vivência docente durante a forma o. Abordamos temáticas de gênero e sexualidade e buscamos promover discussões que questionem preconceitos que autorizam somente identidades heteronormativas.

¹ Gradua o, Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, silmaraslourenco@gmail.com

² Gradua o, Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, thabatacristini@gmail.com

³ Doutorado, Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, hylolafer@gmail.com

Fundamentação teórica

Ao discutir formação docente no Brasil, devemos evidenciar aspectos problemáticos como o distanciamento entre a instituição superior e a escola. Buscando a superação, o governo federal criou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) para inserir licenciandos no cotidiano das escolas a fim de fazer parte da criação de práticas interdisciplinares, contribuindo para a superação de conflitos do processo de ensino-aprendizagem, articulando teoria e prática. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior [CAPES] (2008), o programa busca a valorização da docência e coloca as escolas como cofomadoras no processo de formação de professores.

O PIBID possibilita liberdade em nossas práticas. Rogers (1972) salienta que o aprendizado tem maior proveito quando o educando é livre em sua orientação, levando em consideração que os indivíduos são curiosos. Esse exercício é o que motiva para a construção de conhecimento e enfrentamento da realidade. Em nossa prática tomamos saberes da docência a partir da flexibilidade de realizarmos práticas que se mostram relevantes e, assim como os estudantes, construímos conhecimento.

A escola é (re)produtora de normas sociais. O currículo legitima saberes centrados no adulto, ocidental, branco, masculino, heterossexual e cristão. Características não condizentes a essas são tratadas como inferiores ou criminosas. O que é diferente é ignorado, pois se acredita que os conteúdos abordados são universais e, portanto, compartilhados por todos, quando na realidade são apenas os valores de grupos hegemônicos (Pavan, 2013).

Relaciona-se sexo biológico, gênero e sexualidade apenas com caráter natural. A procriação justifica essa concepção (Louro, 2000). A abordagem é, no geral, focada na área da saúde, reprodução, doenças sexualmente transmissíveis e mecanismos fisiológicos - cargo das disciplinas de ciências e biologia. Isso é justificado pela tendência histórica de se explicar fenômenos humanos como naturais sendo ainda mais característico quando se trata da sexualidade (Carvalho, 2009).

A realidade de transexuais mulheres no Brasil é de marginalização. Cerca de 90% se prostituem devido ausência de empregabilidade formal. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o país tem o maior índice de assassinatos a transexuais e travestis, e é responsável por 50% dos homicídios

que ocorrem no mundo; a expectativa de vida dos brasileiros é de 75 anos, enquanto de transexuais é 33. Não há reconhecimento para quem não possui a identidade de gênero dentro do padrão. (Butler 2005 como citado em Miranda, 2010, p.89).

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida ao decorrer das experiências enquanto bolsistas do PIBID, com caráter de pesquisa-ação, que objetiva construir conhecimento como parte integrada da própria prática; nela busca-se unir pesquisa e ação, sendo um modo de realizar pesquisas em situações que também se é uma pessoa da prática e deseja melhorar a compreensão de dada realidade e da prática propriamente dita (Engel, 2000).

O projeto foi desenvolvido numa escola da periferia de Votorantim - SP, Brasil. A princípio foi detectada a dificuldade de estudantes em leitura e interpretação, então foi proposto um projeto que buscasse promover atividades com tais habilidades. Notamos que questões de gênero e sexualidade estão muito presente nesse cotidiano. Então, fomos instigadas a problematizar falas e direcionar nossas oficinas de leitura para essas temáticas, com estudantes do 2º e 3º ano do ensino médio.

Segundo a dialética, o educador apresenta os elementos a serem conhecidos e acompanha o interesse dos educandos pelo conhecimento, e estes constroem o seu próprio até que sejam capazes de elaborar e expressar uma síntese do mesmo (Vasconcellos, 1992). As oficinas do projeto aconteciam com leituras e discussões sobre os temas para que o senso crítico e capacidade argumentativa dos estudantes fossem despertados. Fazíamos atividades para mostrar o quanto as discussões estavam sendo significativas com base nas sínteses dos educandos.

Resultados e conclusões

Foram realizadas diversas oficinas, porém, selecionamos apenas algumas para compor a sessão de resultados para melhor ilustrar as ações. Uma das discussões foi sobre identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero e sexo biológico. Construímos noções de binarismo de gênero empregando os papéis de gênero esperados pela sociedade, e o quanto isso tem de caráter cultural e não diretamente biológico.

Os estudantes se mostraram interessados, mas receosos. O tópico que pareceu de maior dificuldade foi quando destacamos a existência de transexuais homossexuais. Evidenciamos a confusão a cerca de identidade de gênero e orientação sexual e o quanto gênero, na sociedade, é visto como algo biológico. Porém, no caso do gênero “não a biologia, mas a cultura que se torna o destino” (Butler, 1990).

Ao abordarmos a transexualidade (condição que o sujeito tem de se identificar com o gênero – masculino ou feminino – diferente do sexo biológico) discutimos o “Projeto Transcidadania” da prefeitura de São Paulo – SP, que visa o auxílio de uma bolsa em dinheiro para transexuais e travestis que estudem 30 horas de aulas semanais e que está há pelo menos três anos sem emprego.

Pedimos que os estudantes escrevessem algo que definisse a opinião sobre o projeto. Surgiram palavras como “interessante”, “justo”, “legal” e “concordo”; no entanto, também apareceu “injusto”, “irrelevante”, “errado” e “nojento”. A maioria descreveu o programa negativamente relacionando com “injustiça”. Justifica-se essa postura com a vivência em uma sociedade meritocrática, que postula que as posições dos indivíduos são consequência do mérito de cada um, justificando a hierarquização social (Barbosa, 2003). Isso culpabiliza o indivíduo por sua condição, como se todos os sujeitos nascessem com as mesmas condições e igualdades e não houvesse privilégios para alguns.

Alegaram que deveriam voltar ao sexo “normal” e uma estudante disse: “Isso vai dar margem à ‘putaria’. Vamos ver homem com homem e mulher com mulher e ‘aí’ já é putaria”. Na nossa sociedade, a heteronormatividade institui a heterossexualidade como forma legítima de vivenciar a sexualidade, sendo único modo de expressão inquestionável (Miranda, 2010). O diferente da norma é pecaminoso. Outro estudante reagiu dizendo que “tinham que morrer todos”, se referindo às travestis e transexuais. Este, entretanto, ao longo das outras oficinas foi desconstruindo seus preconceitos se mostrando mais interessado e dizendo que por conta das conversas agora não tem problema se um homem gay fica próximo a ele, contanto que não o assedie. Embora ainda seja uma visão carregada de preconceitos, notamos um avanço tendo em vista a gravidade de sua fala anterior.

Ainda sobre o “Projeto Transcidadania”, promovemos um debate em sala, em que metade foi contra e a outra a favor. Os grupos desenvolveram argumentos e os compartilharam e os estudantes que eram contra justificavam com base em

que existem pessoas necessitadas mais merecedoras do dinheiro, como um morador de rua que não escolheu sua condição, diferente de pessoas trans, que sabiam que seriam discriminadas, mas “escolheram” ser assim; discurso meritocrático, embasado na ideia de que todas as outras demandas sociais devem ser resolvidas antes (Mello, Freitas, Pedrosa & Brito, 2012).

Contudo, o grupo a favor levantou argumentos dizendo que transexuais são desfavorecidos em relação às demais pessoas, já que a maioria não conclui o ensino fundamental por ser alvo de preconceitos. Nesse sentido, os estudantes construíram que a escola é um dos primeiros espaços onde pessoas que subvertem as normas de gênero são humilhadas e, por isso, abandonam o ensino escolar (Mello *et al.*, 2012). Sintetizaram que há uma dívida da sociedade e uma demanda urgente de medidas públicas que insiram essas pessoas na sociedade, com igualdade de direitos como qualquer outro cidadão.

A fim de desmitificar uma única forma natural de sexualidade, abordamos os comportamentos homossexuais de animais. Parte dos estudantes justificou que animais não sabem diferenciar os sexos. Outro argumento foi “Não há fêmeas disponíveis” evidenciando a falta de fêmeas e nunca de machos. Levando a concepção de que fêmeas acasalam quando o instinto do macho a solicita. Isso tem relação com a concepção de que o feminino é natureza, emoção e passividade e isso é destino ao espaço privado. Já o masculino é caracterizado pela cultura, razão, poder, o público e, portanto, a ação (Strey, Cabeda & Prehn, 2004). Ao apresentar diferentes animais em que foram observadas práticas homossexuais e ao desmistificar essas justificativas, contrariamos, assim, o pensamento heteronormativo, que se justifica socialmente a partir de uma possível explicação biológica de reprodução.

Condисerações finais

Estudantes carregam uma visão biologizante sobre gênero e sexualidade e reproduzem homofobia machismo e desigualdade, e a escola (re)produz e compactua com o modelo social. Possuem uma perspectiva binária de gênero, atribuindo papéis ao feminino e ao masculino, o que é fruto da perpetuação do binarismo pela sociedade. Além disso, a escola é um espaço que reforça o pensamento meritocrático e orienta os estudantes nesse sentido. Essa pesquisa intervencionista apresentou aos educandos conteúdos que foram trabalhados de modo a permitir e instigar a reflexão sobre essas condutas que são naturalizadas, no entanto, são construções sociais pautadas em um sujeito ideal.

Enquanto bolsistas do PIBID e futuras educadoras, tivemos a possibilidade de relacionar a prática com a teoria e promover a sua reflexão, para que novamente repensássemos a nossa prática, o que nos deu uma dimensão maior da profissão e possibilitou a construção do conhecimento entre educando-educador, aprimorando nossa formação docente.

Referências bibliográficas

- Barbosa, L. (2003). *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FVG.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- Carvalho, F. A. de. (2009). Que saberes sobre sexualidade são esses que (não) dizemos dentro da escola? In: M. N. D. Figueiró (ORG.). *Educação sexual: em busca de mudanças*. Londrina: UEL.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. (2008). *PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência*. Recuperado em 16 abril, 2016 de <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>
- Engel, G. I. (2000). Pesquisa-ação. *Educar em Revista*, 16, 181-191. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a13.pdf>
- Mello, L.; Freitas, F.; Pedrosa, C. (2012). Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. *Revista Bagoas*, 07, 99-122. Recuperado de <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2238/1672>
- Miranda, F. F. (2010). Heteronormatividade: Uma leitura sobre construção e implicações na publicidade. *Fragmentos da cultura*, 20. Recuperado de <http://educativa.ucg.br/index.php/fragmentos/article/view/1314/898>
- Pavan, R. (2013). Currículo, a construção das identidades de gênero e a formação de professores. *Revista Contrapontos*, 13, 102-111. Recuperado de <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/3824>
- Rogers, C. R. (1972). *Liberdade para aprender* (2 ed.). Belo Horizonte: Interlivros.
- Strey, M. N.; Cabeda, S. T. L.; Prehn, D. R. (2004). *Gênero e Cultura: Questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Vasconcellos, C. dos S. (1992). Metodologia Dialética em Sala de Aula [PDF]. *Revista de Educação AEC*, 83. Recuperado de <http://www.uel.br/graduacao/odontologia/portal/pages/arquivos/NDE/METODOLOGIA%20DIAL%20ETICA%20EM%20SALA%20DE%20AULA.pdf>